

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Delto do Verde Class.: 10Data: 27/12/82 Pg.: **Reserva potiguar documentada**

A demarcação das terras potiguares da Baía da Traição, no Estado da Paraíba — que continua provocando tensão entre os índios da Reserva e alguns grandes proprietários — envolve uma área que talvez seja a mais bem documentada historicamente de que se tenha notícia, segundo relatório técnico que o Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo vai encaminhar ao presidente da Funai, Paulo Moreira Leal.

No relatório, o advogado Marco Antonio Barbosa afirma que a historiadora Terezinha Baumann coletou e organizou, em pesquisa encomendada pela própria Funai, toda a documentação que registra a presença ininterrupta dos potiguares nessas terras, desde 1501. Por isso, ao encaminhar esse relatório ao presidente da Funai, o Centro de Trabalho Indigenista pedirá que a Fundação apresente a pesquisa da historiadora com prova da posse memorial da área demarcada pelos próprios índios, em cinco processos judiciais movidos por grandes empresários que se dizem proprietários de uma parte da reserva.

O problema da ocupação ilegal do local — conhecido como Rio Tinto — por posseiros e grandes companhias se ar-

rasta há algumas décadas. Segundo documentos históricos, a terra potiguar deveria ter 57.600 hectares, mas aos quatro mil índios consideram que 32 mil hectares são suficientes para sua sobrevivência. Desse modo, em setembro, eles próprios demarcaram a reserva com os 32 mil hectares, abrangendo as margens dos rios Mananguape e Camaratuba.

Acontece que nesse local — distante 70 quilômetros de João Pessoa — estão instalados grupos econômicos com interesse em projetos de cana-de-açúcar. O assessor técnico do Centro Indigenista de São Paulo, Vicente Carelli, conta que um grande fazendeiro chegou até a conseguir uma liminar de posse, concedida pela juíza de Rio Tinto.

Vicente Carelli informa que amanhã quando o presidente da Funai for à Paraíba, os potiguares vão lhe pedir garantias e uma solução para a posse da reserva demarcada, disputada judicialmente em cinco processos. O assessor técnico do Centro Indigenista considera fundamental nesse caso que a Funai apresente as provas históricas da presença ininterrupta dos potiguares na região.